

Qual política fiscal em 91?

CÉSAR MAIA

12

ESTADO DE SÃO PAULO

05 DEZ 1990

A fragilidade política do governo federal é sobretudo conceitual. Suas características ao mesmo tempo liberais nos objetivos e



conservadoras nos métodos trazem embutido um erro doutrinário: imaginar que o mercado é uma instituição, quando, de fato, é uma forma ou um princípio de organização. Fazer abstração da sociedade e de suas expectativas, ao propor reformas econômicas, é no mínimo uma ingenuidade. Confundir a política econômica com as medidas econômicas também é.

A política econômica é efetivamente o resultado da combinação e inter-relação entre as medidas adotadas pelo governo e as reações da sociedade. Quanto mais convergentes — medidas e expectativas —, mais eficiente é a política econômica. Do contrário, a divergência entre ambas pode, no limite, ou neutralizar as medidas ou brutalizar suas consequências.

Neste sentido, a política econômica é um jogo estratégico, que em um ambiente de crise ocorre em condições de amplas incertezas. Na política econômica, as "jogadas" devem buscar reações o máximo cooperativas ou o mínimo resistentes. As articulações políticas devem definir o maior subconjunto cooperativo possível.

Vamos tratar de 1991. Se existe um ponto formador de expectativas que pode ser considerado o nó da próxima conjuntura, este é a política fiscal. Por quê? Certamente não porque alguém queira, mas porque os atores ou jogadores significativos assim acham ou acharão. Vejamos cada um deles.

Os credores da dívida externa, em função da própria definição do governo de capacidade de pagamento, que tem como eixo central o saldo fiscal primário, estarão especialmente atentos à política fiscal. Todos aqueles que têm cruzados novos bloqueados sabem, ou saberão, que seu risco é inversamente proporcional ao saldo fiscal primário.

O mercado financeiro acompanha de perto a política fiscal para antecipar a partir de abril ou maio suas reações ao maior ou menor controle da política monetária e da dívida pública potencial: quanto menor o saldo fiscal, maior a desorganização do mercado a partir da libe-

ração dos cruzados novos, em setembro. Os trabalhadores, cada dia mais, verificarão que o governo discute a política salarial como empregador, em função do déficit público. Finalmente, o conjunto dos empresários mede a capacidade de controle do governo sobre a política econômica pelo controle de suas contas.

Todos sabem que a política fiscal, em 90, em grande medida teve caráter financeiro. De certa modo isto era inevitável, senão necessário. Porém, cada dia mais, espera-se que o resultado fiscal positivo seja econômico e, assim, permanente.

No dia 27 de novembro, a ministra da Economia enviou à Comissão de Orçamento do Congresso Nacional um documento-resposta no qual procura mostrar a expectativa do governo sobre o saldo primário de suas contas. Como a contribuição do governo é sempre a mais relevante para a formação do resultado fiscal final, a resposta foi ansiosamente aguardada. Mas as informações prestadas foram angustiantes.

O governo espera um saldo primário (antes do pagamento de juros) de 0,5% do PIB. Este é certamente o pior resultado fiscal de duas décadas, com exceção, talvez, dos anos de 87 e 89. Como tal saldo é conseguido pela emissão de Certificados de Privatização cujo destino deveria ser a esterilização via abatimento da dívida pública, e como isto caracteriza outra vez um resultado financeiro, no caso modesto, criam-se expectativas. Provavelmente com a exclusão dos CPs, até os anos de 87 e 89 serão igualados.

Como as previsões, numa economia inflacionada como a nossa, nem sequer dão tranquilidade para o mês seguinte. Como o governo, se estivesse escondendo receita, faria uma grande bobagem, já que o Congresso não pode mexer nas despesas com a amortização da dívida, que seria a contrapartida de um saldo operacional maior. Como o governo deveria, em condições de incerteza, projetar objetivos e persegui-los, fica a impressão de que as suas expectativas são ainda piores.

Enquanto isto, do outro lado da mesa, os demais jogadores pedem uma rodada de calmanete. Provavelmente as reações não serão cooperativas. A menos que tenha havido erro. É o que esperamos, todos. Oficialmente.

□ César Maia é deputado federal reeleito pelo PDT-RJ